



Reflexões sobre assistência estudantil e evasão no Instituto Federal do Paraná

Reflections about evasion and Student Assistance at the Federal Institute of Paraná

Renata Pacheco Abreu*

 <https://orcid.org/0009-0005-1349-6003>

RESUMO

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa realizada no Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, em nível de Mestrado, cujo objetivo principal foi analisar os motivos de evasão de estudantes dos cursos presenciais do Campus Londrina do Instituto Federal do Paraná (IFPR), atendidos pela Política de Apoio Estudantil desta instituição. O desejo por este estudo surgiu a partir do exercício profissional da pesquisadora como assistente social no IFPR – Campus Londrina, atuando, especificamente, na Política de Assistência Estudantil da instituição. Ou seja, é a partir da realidade vivenciada no atendimento aos estudantes e suas famílias, no contato diário com suas condições objetivas de vida, que, por vezes, os levam à evasão, que percebemos a importância da realização desta pesquisa. Esta pesquisa, de natureza qualitativa, teve como centralidade os sujeitos sociais envolvidos no tema, os estudantes. Partindo da análise de entrevistas realizadas com estudantes evadidos, observamos que a assistência estudantil tem um papel fundamental para a permanência dos estudantes, ainda que com fragilidades institucionais. Ao mesmo tempo, evidenciamos que não é apenas a Política de Apoio Estudantil que garante a permanência dos estudantes na instituição. São fatores importantes nesse processo, a postura e o exercício pedagógico dos docentes e a atuação dos técnicos-administrativos da instituição na compreensão do perfil e das realidades vivenciadas pelos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE

Educação profissional e tecnológica; Assistência estudantil; Evasão.

ABSTRACT

This work presents results of research carried out in the Postgraduate Program in Social Service and Social Policy at the State University of Londrina, at Master's level, whose main objective was to analyze the reasons for evasion of students of face-to-face courses at the Londrina Campus of the Federal Institute of Paraná (IFPR), covered by this institution's Student Support Policy. The desire for this study arose from the researcher's professional practice as a social worker at IFPR – Campus Londrina, working specifically in the institution's Student Assistance Policy. In other words, it is from the reality experienced in serving students and their families, in daily contact with their objective living conditions, which sometimes lead them to drop out, that we realize the importance of carrying out this research. The research, of a qualitative nature, had as

*Assistente Social. Mestre em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina, (UEL, Londrina, Brasil). Assistente Social no Instituto Federal do Paraná (IFPR, Londrina, Brasil). E-mail: renata.abreu.as@gmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2024v24n47p189-204



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2024 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

its central focus the social subjects involved in the topic, the students. Based on the analysis of interviews carried out with dropout students, we observed that student assistance plays a fundamental role in the retention of students, despite institutional weaknesses. At the same time, we highlight that it is not only the Student Support Policy that guarantees students' permanence at the institution. Important factors in this process are the attitude and pedagogical exercise of teachers and the performance of the institution's administrative technicians in understanding the profile and realities experienced by students.

KEYWORDS

Professional and technological education; Student assistance; Evasion.

Introdução

Este texto apresenta sínteses conclusivas de pesquisa realizada em nível de Mestrado, cujo objetivo principal foi analisar os motivos de evasão de estudantes dos cursos presenciais do Campus Londrina do Instituto Federal do Paraná (IFPR) atendidos pela Política de Apoio Estudantil desta instituição.

A pesquisa, de natureza qualitativa, teve sua centralidade nos sujeitos envolvidos no tema, os estudantes¹. O desejo por este estudo surgiu a partir do exercício profissional da pesquisadora como assistente social no Instituto Federal do Paraná – Campus Londrina, atuando, especificamente, na Política de Assistência Estudantil da instituição. Ou seja, é a partir da realidade vivenciada no atendimento aos estudantes e suas famílias, no contato diário com suas condições objetivas de vida, que, por vezes, os levam à evasão, que percebemos a importância da realização desta pesquisa.

Dessa forma, diante da experiência vivenciada pela pesquisadora, surgiram indagações sobre a contribuição da Política de Apoio Estudantil do IFPR enquanto instrumento para a efetivação e a democratização do direito ao acesso à educação pública e de qualidade e de que forma a mesma é compreendida e vivida pelos estudantes. Nesse sentido, Bourginon (2008) destaca que:

[...] no âmbito do Serviço Social, a busca por novas possibilidades de conhecimento e de intervenção não decorre somente de uma intenção pessoal ou da exigência que a categoria profissional, por meio de suas instâncias formais, possa fazer. Decorre da natureza interventiva da profissão, do envolvimento crítico do profissional com o processo permanente de compreensão das determinações históricas, políticas, econômicas e culturais das demandas sociais e, principalmente, da experiência social acumulada pela profissão e especificamente pelo profissional quanto ao enfrentamento das expressões da questão social (Bourginon, 2008, p. 18).

Durante seu exercício profissional, a pesquisadora também observou que, se por um lado identifica-se uma quantidade considerável de recursos destinados à Política de Apoio Estudantil, por outro, observa-se, por vezes, estudantes desistirem ou trancarem o curso, mesmo sendo atendidos pelos programas de assistência estudantil. A partir dessas reflexões, definimos como problema central da pesquisa a seguinte indagação: Quais os motivos de evasão dos estudantes atendidos pela Política de Apoio Estudantil do IFPR no Campus Londrina? Além disso, outros questionamentos foram instigando a realização da pesquisa, tais como: Por que os estudantes escolheram estudar no IFPR? Qual o

¹ Neste texto utilizamos o gênero masculino na linguagem textual com o único objetivo de facilitar a sua leitura. Não se pretende com isso excluir ou ocultar outros gêneros do texto.

entendimento dos estudantes sobre Assistência Estudantil? Quais os cursos que apresentam maior índice de evasão? Qual o percurso educativo dos estudantes do IFPR atendidos pelos programas de bolsas e auxílios da Política de Apoio Estudantil do IFPR?

A fim de respondermos a tais indagações, apresentaremos aspectos mais relevantes das entrevistas realizadas com estudantes considerados evadidos dos cursos presenciais do Campus Londrina do IFPR. Para tanto, realizaremos breve caracterização do campo de pesquisa, o IFPR, e sua política de assistência estudantil. Também apresentaremos alguns dados sobre evasão do Campus Londrina que foram analisados pela pesquisa.

O Instituto Federal do Paraná

Em 2008, a Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia (REPCT), conformando uma forte expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) no Brasil. Esta Lei transforma oito Escolas Técnicas vinculadas à Universidades Federais, 31 CEFETs e 39 Escolas Agrotécnicas Federais em 38 Institutos Federais, que passam a compor a REPCT juntamente à Universidade Tecnológica do Paraná, ao Colégio Pedro II, aos CEFETs de Minas Gerais e Rio de Janeiro e às 24 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais que não optaram pela transformação (Brasil, 2008).

Para seus formuladores, a Lei nº 11.892/2008 cria uma “nova institucionalidade”, “capaz de revolucionar a educação profissional e tecnológica” (Silva, 2009, p. 11). Para Amorim (2013), tais institutos não são instituições propriamente novas, uma vez que a criação de um IFET poderia se dar a partir da integração de duas ou mais instituições federais de educação profissional de um mesmo estado, ou da transformação de Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais ou Escolas Técnicas vinculadas à Universidade, em IFETs.

O Instituto Federal do Paraná, assim como os demais (IFETs), foi criado a partir desta lei. Sua constituição se deu a partir da transformação da Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (UFPR) em Instituto Federal. O IFPR é organizado em estrutura multicampi, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e reitoria, exceto no que diz respeito à pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores. A estrutura organizacional do IFPR está definida em seu Estatuto e é composta por órgãos colegiados, reitoria e campi (considerados sedes para fins de legislação educacional). A reitoria do IFPR está localizada na cidade de Curitiba.

Segundo dados de sua página eletrônica institucional, atualmente o IFPR é formado por 29 mil estudantes; 1430 docentes e 965 técnicos administrativos em educação (TAE); oferta 310 cursos (técnicos, de graduação, de qualificação profissional e de pós-graduação) e possui 20 *campi*, seis *campi* avançados e quatro centros de referência distribuídos pelo estado do Paraná.

O ingresso de estudantes no IFPR se dá por processo seletivo próprio. Para ingresso em cursos de nível superior, também é possível o ingresso pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU). No caso dos cursos de Licenciatura, parte das vagas é disponibilizada por meio de processo seletivo específico para docentes do Magistério da Educação Básica, o qual se dá

através de análise de currículo. Em 2015, o processo seletivo para ingresso no IFPR aumentou de 70% para 80% o número de vagas destinadas para cotas de inclusão.

O Campus Londrina, especificamente, iniciou suas atividades em 2009 e atualmente oferece cursos na modalidade presencial de ensino médio integrado, técnico subsequente, tecnólogo, licenciatura e pós-graduação *lato sensu*. Também são ofertados cursos na modalidade à distância no formato de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC). Atualmente, o campus possui 1.323 estudantes com matrículas ativas somente em cursos de modalidade presencial. Possui 70 professores efetivos, dez professores substitutos e 46 técnicos administrativos em educação.

Dentro do organograma do Campus Londrina, destacamos a Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis. Subordinada à Coordenação de Ensino, a SEPAE do Campus Londrina é composta por 01 assistente social, 02 psicólogos, 03 técnicas em assuntos educacionais, dois intérpretes de libras, três pedagogas e dois assistentes de alunos. É o setor responsável pela execução da Política de Assistência Estudantil no campus, assunto que abordaremos na próxima seção.

A Política de Assistência Estudantil no IFPR

As primeiras ações de assistência estudantil no Brasil estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento do ensino superior no país. O ingresso da assistência estudantil enquanto política de educação no âmbito dos IFETs só ocorreu a partir da promulgação do Decreto nº 7.234/2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil, o PNAES. Até a publicação desse decreto, um longo caminho foi percorrido, tendo como protagonistas o movimento estudantil e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, o FONAPRACE².

O PNAES ganha força de lei a partir da promulgação do Decreto nº 7.234/2010. Tal decreto constitui-se em um marco para a organização das políticas de assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior e, especialmente, para os IFETs, à medida que os inclui no referido programa.

A Política de Apoio Estudantil do IFPR é instituída por meio da Resolução nº 11, publicada em 29 de dezembro de 2009, sendo assim definida no documento:

Art. 1º A Política de Apoio Estudantil do IFPR compreende o conjunto de ações voltadas aos estudantes e que atendam aos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em estreita articulação com os setores produtivos locais econômicos e sociais.

Parágrafo único. Essa Política tem como premissa a respeitabilidade a diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã (Instituto Federal do Paraná, 2009)

A elaboração da Política de Apoio Estudantil do IFPR significou um início de organização das ações da instituição nesta área. Contudo, a mesma não deixou de apresentar características relacionadas à funcionalidade da assistência estudantil para dimensão da

² Para estudo mais aprofundado sobre este assunto ver Kowalski (2012).

eficácia das instituições federais de ensino, também explicitada no PNAES e retratada, especialmente, no seu objetivo de redução das taxas de retenção e evasão.

Atualmente, a Política de Apoio Estudantil é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino (PROENS), que conta com a Diretoria de Assistência Estudantil e Atividades Especiais (DAES) para gerir a referida Política. Segundo o Manual de Competências do IFPR, a DAES é responsável por planejar, elaborar, fomentar, implementar, coordenar, acompanhar e avaliar a Política de Apoio Estudantil, consolidando-a através de programas, projetos e ações (Instituto Federal do Paraná, 2015b). Para a execução da Política de Apoio Estudantil, o IFPR conta com as SEPAEs, localizadas em seus diversos campi.

Evidenciamos que a gestão da Política de Apoio Estudantil encontra-se centralizada na Reitoria do IFPR, pois as competências relacionadas ao planejamento e à coordenação da Política de Apoio Estudantil, como, por exemplo, a construção de editais dos programas da assistência estudantil, situam-se no âmbito da DAES. Cabe às SEPAEs a execução das instruções.

O que queremos destacar com estas considerações é a importância da participação das equipes das SEPAEs no planejamento das ações relacionadas à assistência estudantil, posto que os profissionais que nelas atuam são aqueles que possuem contato diário com os estudantes nos campi, conhecendo suas dificuldades e demandas. Da mesma forma, reconhecemos a relevância de participação dos estudantes na elaboração dos diferentes programas destinados a apoiá-los, por serem estes o público das ações e, dessa forma, ninguém melhor que eles próprios para relatar suas vivências no cotidiano escolar e de que forma elas podem contribuir para a sua permanência e conclusão de seus cursos. Contudo, não foi localizada na Política de Apoio Estudantil a indicação de formas de participação do estudante na sua construção.

Embora a Cartilha da Assistência Estudantil do IFPR (Instituto Federal do Paraná, 2016) defina que esta política também é voltada para ouvir as propostas, anseios e angústias dos estudantes, ela indica a equipe multiprofissional dos campi para esta tarefa. Parece-nos contraditório que esta equipe tenha o acesso ao estudante e às suas propostas, e, ao mesmo tempo, não tenha assento nas instâncias de planejamento e gestão das ações de assistência estudantil.

As ações da Política de Apoio Estudantil do IFPR compreendem, principalmente, programas voltados para a concessão de bolsas e auxílios aos estudantes, operacionalizados através da publicação anual de editais pela DAES. Considerando o objetivo da pesquisa realizada, o enfoque da análise foi os programas de bolsas e auxílios, especialmente aqueles que se destinam aos estudantes considerados público prioritário pelo PNAES (estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio).

Os programas de bolsas e auxílios destinados ao público prioritário do PNAES no período de realização da pesquisa eram os Programas de Assistência Complementar ao Estudante (PACE), Programa de Bolsas Acadêmicas para Inclusão Social (PBIS) e Programa Estudante Atleta (PEA). Os editais destes programas, além de indicarem os critérios de seleção baseados no PNAES, definem o público prioritário para atendimento como estudantes em

situação de vulnerabilidade socioeconômica. Todos os programas citados exigem como condição para recebimento do auxílio e/ou bolsa, uma frequência mensal igual ou superior a 75% no curso em que está matriculado/a.

O PACE consiste em oferta de auxílio financeiro, de modo a contribuir para sua permanência, melhoria do desempenho acadêmico e conclusão do curso. O PBIS oferta bolsas acadêmicas, e, além da exigência de frequência mínima de 75% no curso, é exigida do estudante a atuação em projetos de ensino e/ou aprendizagem ofertados pelos servidores do campus. O PEA consiste na oferta de bolsa para participação em projeto esportivo em diversas modalidades. Assim como o PBIS, o PEA exige como condição para recebimento da bolsa, a frequência mínima de 75% do curso em que está matriculado e carga horária de 4 horas semanais para atuação de em projetos esportivos ofertados pelo campus.

Expostas as características dos programas de bolsas e auxílios, observamos que no ano de 2016, o PACE foi o programa que concentrou o maior volume de recursos, R\$ 6.067.800,00, enquanto o PBIS e PEA tiveram o aporte de R\$ 1.659.000,00 e R\$ 462.000,00, respectivamente. Ressalta-se ainda que o programa com maior aporte de recursos surgiu em 2012, o PACE, sendo esta uma das justificativas para delimitação da amostra dos sujeitos pesquisados àqueles estudantes ingressantes em 2012.

Dados sobre a assistência estudantil e a evasão no Campus Londrina (IFPR)

Neste item apresentamos os dados obtidos na segunda etapa da pesquisa, que compreendeu levantamento de dados e análise documental. Considerando o objetivo central da pesquisa, esta etapa consistiu na coleta de dados quantitativos sobre a evasão de estudantes dos cursos presenciais do Campus Londrina no período de 2009 (ano de criação do campus) até o ano de 2014 e dados quantitativos sobre estudantes deste mesmo campus atendidos pelos programas de bolsas e auxílios da Política de Apoio Estudantil do IFPR no período de 2012 a 2015.

As justificativas para a escolha do período de 2012 a 2015 resumem-se a: inexistência da Política de Apoio Estudantil do IFPR até ano de 2009; a criação PACE em 2012, programa com maior aporte de recursos financeiros; e a sistematização dos dados sobre os programas de bolsas e auxílios da referida política a partir do ingresso do Serviço Social na instituição em 2011, na DAES.

Analisando os dados sobre permanência de estudantes em cursos presenciais do IFPR – Campus Londrina no período de 2009 a 2014, evidenciamos que houve aumento do número de estudantes ingressantes (145 em 2009 e 228 em 2014). Contudo, também houve aumento de cursos ofertados pelo campus.

Outra observação refere-se ao percentual de estudantes concluintes. Analisando os dados dos ciclos encerrados, ou seja, o percentual de estudantes que concluíram seus cursos no período de 2009 a 2012, observamos que a taxa média de conclusão foi de 54,28%. Os dados do período de 2013 e 2014 não são conclusivos, visto que algumas turmas não foram finalizadas até o término do levantamento realizado.

Na análise da taxa de conclusão de cursos presenciais do IFPR – Campus Londrina no período de 2009 a 2014 por curso, evidenciamos que os dados obtidos não foram conclusivos. Mas é possível analisar que os cursos técnicos subsequentes (técnico em enfermagem, técnico em massoterapia, técnico em saúde bucal e técnico em prótese dentária) tiveram uma taxa de conclusão média de 66,89% entre os anos de 2009 e 2014. O curso de técnico em informática na modalidade concomitante, ofertado nos anos de 2009 e 2011, teve o percentual de conclusão mais baixo de todos os cursos, 12,12%. É possível que este seja o motivo para que sua oferta pelo Campus Londrina não tenha permanecido. Observamos também que o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, com duração de 3 anos, teve 3 turmas concluídas, compostas pelos estudantes ingressantes em 2011, 2012 e 2013. Considerando a finalização destas turmas, a taxa de conclusão do curso foi de 42,97%.

Os dados apresentados apontam possíveis dificuldades para atendimento ao Termo de Acordo de Metas e Compromissos assinado entre SETEC/MEC e IFPR, que define como meta para os IFETs, o percentual de 80% de estudantes concluintes em 2016. Assim, acreditamos que esta realidade do Campus Londrina exige a atenção de gestores, equipe pedagógica e demais membros da comunidade acadêmica. Para além do alcance de metas do MEC, o ingresso, a permanência e conclusão de curso na instituição constitui-se como direito dos estudantes que optaram pelo IFPR para dar continuidade aos seus estudos, cabendo à instituição a elaboração e implementação de estratégias que contribuam para a permanência de seus estudantes e conseqüente conclusão de curso. A Política de Apoio Estudantil do IFPR foi pensada com esta finalidade e a seguir são apresentados alguns dados sobre a forma como esta política vem atendendo os estudantes dos cursos presenciais do Campus Londrina.

Considerando que os dados apresentados são relativos aos programas de bolsas e auxílios que tem como público prioritário os estudantes oriundos da rede pública de ensino ou que possuem renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio, os dados trazem informações dos programas PACE, PBIS e PEA.

A partir dos dados coletados observamos que em 2012, 93 estudantes foram atendidos por programas de auxílios e bolsas; em 2013, foram 98; em 2014, 130 e em 2015, 149 estudantes. Estes dados revelam um aumento da demanda por estes tipos de programa, podendo estar relacionado tanto ao aumento do número de cursos ofertados pelo campus como pelo aumento do número de vagas reservadas às cotas no processo seletivo para ingresso na instituição. Observamos também que, ao mesmo tempo que subiu o número de estudantes atendidos pelos programas de bolsas e auxílios que conseguiram concluir seus cursos, o que demonstra a importância da assistência estudantil para a permanência e conclusão, também se manteve alto o número de estudantes que foram atendidos pelos mesmos programas, mas não concluíram seus estudos no IFPR. Cabe observar que, em relação ao ano de 2015, os dados referiram-se a cursos ainda em andamento no período de realização da pesquisa.

O Quadro 1 demonstra um comparativo entre estudantes que receberam bolsas e auxílios e concluíram seus cursos e estudantes que receberam bolsas e auxílios e não concluíram seus cursos.

Quadro 1: Comparativo entre recebimento de bolsas e/ou auxílios e conclusão de curso

Ano	Nº de estudantes que receberam bolsas e/ou auxílios e concluíram seus cursos		Nº de estudantes que receberam bolsas e/ou auxílios e não concluíram seus cursos	
	2012	71	71,71%	22
2013	43	43,87%	20	20,40%
2014	57	43,84%	23	17,69%
2015 ³	126	84,56%	23	15,43%

Fonte: Abreu (2017).

Os dados aqui apresentados conformam uma realidade que já observada superficialmente pela pesquisadora no cotidiano de sua prática profissional, sendo a motivação principal para a realização desta pesquisa.

Assim, acreditamos que a exposição destes dados quantitativos foi importante para confirmar a existência de um fenômeno identificado inicialmente apenas em sua aparência. Porém, estes dados não são suficientes para responder às indagações feitas pela pesquisadora, explicitadas no início deste texto. Tais dados não conseguem alcançar a essência do fenômeno que se quer investigar e, talvez, dada a complexidade da realidade social, nem mesmo este estudo consiga atingir este objetivo. Dessa forma, a expectativa é que, a partir de aproximações sucessivas deste fenômeno consiga-se chegar cada vez mais perto de sua essência.

Para essa tarefa, consideramos fundamental ouvir os sujeitos diretamente implicados neste fenômeno, a saber, os estudantes atendidos pelos programas de bolsas e auxílios da Política de Apoio Estudantil do IFPR que não conseguiram concluir seus estudos na instituição. O próximo item é dedicado aos resultados obtidos a partir de entrevistas realizadas com estes sujeitos, essenciais para a realização desta pesquisa.

Escola, percursos educativos e o fenômeno da evasão: relatos dos sujeitos da pesquisa

Para a realização das entrevistas delimitamos como amostra intencional para sua realização, os estudantes do IFPR – Campus Londrina que atendessem os seguintes critérios: 1. ter ingressado em um dos cursos presenciais do IFPR – Campus Londrina no ano de 2012; 2. ter sido atendido, em algum momento do curso, por um dos programas de bolsas e auxílios da Política de Apoio Estudantil do IFPR; e 3. não ter concluído o curso. Tivemos grande dificuldade para localização de estudantes que atendessem esses critérios. Assim, as entrevistas foram realizadas com quatro sujeitos, a partir de um roteiro de entrevista subdividido em: informações socioeconômicas; informações sobre percurso escolar; concepção sobre assistência estudantil e informações sobre evasão.

Iniciando a análise sobre o percurso educativo dos entrevistados, esclarecemos que a definição deste eixo analítico se deu com a intenção de conhecer as experiências vividas pelos sujeitos entrevistados desde o ensino fundamental, identificando elementos facilitadores da sua formação e dificuldades enfrentadas ao longo desse percurso. Os entrevistados são aqui apreendidos como sujeitos socioculturais, compreendidos em suas diferenças, com sua própria historicidade, visões de mundo, valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com comportamentos e hábitos que lhe são próprios, que são

reflexo dos desenvolvimentos cognitivo, afetivo e social. Tais desenvolvimentos se processam de forma desigual, de acordo com as experiências e relações sociais vivenciadas, prévias e paralelas à escola. Assim, busca-se superar uma visão estereotipada e homogeneizante do aluno (Dayrell, 2001).

Observamos que os entrevistados guardam entre si algumas semelhanças. A partir da análise de seus perfis, identificamos que todos são oriundos da escola pública e que pertencem a famílias de trabalhadores. Todos os entrevistados exercem alguma atividade remunerada e participam das despesas da casa, exceto uma, que relatou não estar empregada no momento para cuidar da filha pequena, mas a família depende da renda proveniente do trabalho de seu marido.

A partir da análise dos percursos educativos dos sujeitos entrevistados foi possível conhecer um pouco de suas histórias, suas expectativas em relação à educação e suas experiências no âmbito da escola. Observamos que estas vivências se entrecruzam com a vida cotidiana dos entrevistados, seja em suas relações familiares, seja com suas experiências no mundo do trabalho, sendo todas estas vivências fortemente delimitadas pelas suas condições objetivas de vida.

Partindo para análise da vivência dos entrevistados, foram trabalhados aspectos relacionados às motivações destes para ingresso no IFPR – Campus Londrina; à percepção destes sobre a educação ofertada pela instituição e sobre o seu desempenho no curso. Também estiveram presentes reflexões sobre o relacionamento dos sujeitos entrevistados com professores e colegas de turma e sobre sua inserção no mundo do trabalho no período de permanência na instituição. Acreditamos que estes são elementos importantes para a análise dos motivos de evasão dos entrevistados, visto que podem contribuir, positiva ou negativamente, na decisão de permanência ou não no curso.

O IFPR – Campus Londrina, em sua dimensão educativa, será abordado como espaço sociocultural, compreendendo-o como escola e, sendo assim, como resultado de um confronto de interesses entre um sistema escolar, com sua organização oficial, e os sujeitos que a compõe (estudantes, professores, funcionários e demais participantes da comunidade acadêmica), que criam uma trama-própria de interrelações, fazendo da escola um processo permanente de construção social (Dayrell, 2001).

Trazendo o debate para a atualidade, Arroyo (1999) destaca a ênfase dos estudos sobre trabalho e educação no papel da escola na legitimação da ordem social. Segundo o autor, pressupõe-se um isomorfismo entre a organização da escola e a organização da oficina. Entende-se que há uma homogeneidade entre as estruturas da escola e do mundo da produção, sendo o sistema escolar um microcosmo do mundo do trabalho (Arroyo, 1999). Assim, a escola estaria fadada a atuar, indubitavelmente, na formação do trabalhador exigido pelas relações sociais de produção. Questionando este tipo de análise, sem, contudo, negá-la, o que o autor expõe é o caráter tenso e contraditório destas conexões entre escola e mundo do trabalho, indicando outras possibilidades de análise para que se consiga ir além do caráter de denúncia que alguns estudos adquirem.

Arroyo (1999) também destaca a importância de reconhecer o educando, ou mesmo o trabalhador, não como “uma massa informe, modelável”, mas como “sujeitos sociais e culturais”, “agentes de história”.

É nesse sentido que o foco de análise das entrevistas realizadas nesta pesquisa são as experiências dos sujeitos e a forma como eles mesmos analisam estas vivências. Assim, acreditamos que, embora existam determinações estruturais imposta pela sociabilidade capitalista, cada sujeito as vivencia de uma forma e o modo como as apreende contém em si potencialidades para alterações de suas condições de vida.

Iniciando a análise dos relatos sobre o período de permanência do IFPR – Campus Londrina, observamos que todos os ex-estudantes demonstraram haver um interesse prévio para a realização do curso. No que se refere à inserção no mundo do trabalho durante a permanência no IFPR, dois entrevistados relataram não exercer atividade remunerada neste período, sendo um deles por opção, para dedicação aos estudos e outro, por ter parado de trabalhar desde quando se casou, dois anos antes do ingresso na instituição. Já as outras duas entrevistadas relataram que trabalhavam durante a realização do curso, mas puderam diminuir a carga horária de trabalho e/ou arcar com despesas do curso quando receberam auxílio/bolsa da assistência estudantil.

Os entrevistados destacaram a boa qualidade dos cursos, embora também tenham surgido críticas às despesas com materiais necessários para determinado curso do campus, sendo motivo de desistência do curso. Sobre a relação com os docentes, os entrevistados relataram ter boas relações e destacaram a dedicação e disponibilidade deles. Já sobre o próprio desempenho no curso, dois entrevistados relataram que tiveram bom desempenho e que aprenderam bastante nos cursos. Uma entrevistada não respondeu à pergunta e um entrevistado relatou que embora se dedicasse bastante o curso, permanecendo por 12 horas no campus em alguns dias, não conseguiu atingir o conceito necessário para aprovação, responsabilizando a si mesmo pelas dificuldades no processo de aprendizagem.

Este último entrevistado relatou que precisava de mais tempo para aprender, que os demais colegas de turma vieram de escolas particulares, com boa qualidade de ensino e que ele era egresso de escola pública. Soma-se a isso o fato de o entrevistado ter precisado conciliar os estudos com o trabalho na adolescência para contribuir com o custeio das despesas da família. Ao mesmo tempo, o entrevistado se reconhecia como “igual” aos demais colegas, devendo, então, alcançar os mesmos resultados, como segue neste relato: *“Eu não me sentia rebaixado ao nível das pessoas. Eu achava que eu era igual a eles, só que mesmo assim, eu tentava no máximo conseguir. ‘Não, eu sou igual a eles, eu tenho que conseguir também’”* (Entrevistado) (Abreu, 2017, p. 191).

Assim, observamos que o entrevistado toma para si a responsabilidade por sua aprendizagem, desconsiderando a responsabilidade docente sobre este mesmo processo. O entrevistado também parece não reconhecer que suas condições objetivas de vida podem ter interferido no seu processo formativo. Este não reconhecimento parece estar relacionado à ilusão de iguais condições de acesso, como que um fetiche da igualdade de oportunidades, onde o entrevistado se identifica como igual aos demais por ter obtido as

mesmas condições de acesso ao IFPR. Tal reflexão remete ao princípio meritocrático da igualdade de oportunidades exposto por Dubet (2004).

A igualdade de oportunidades meritocrática supõe a igualdade de acesso, o que garante, na verdade, que todos os estudantes entrem na mesma competição (Dubet, 2004), na qual o sucesso depende de cada um, independente das condições sociais, econômicas e culturais que lhe aflige, pois as oportunidades são iguais para todos: “Ao contrário das sociedades aristocráticas que priorizavam o nascimento e não o mérito, as sociedades democráticas escolheram convictamente o mérito como um princípio essencial de justiça: a escola é justa porque cada um pode obter sucesso nela em função de seu trabalho e de suas qualidades.” (Dubet, 2004).

A escola contemporânea é meritocrática; hierarquiza e classifica aqueles que dela participam de acordo com seus méritos, tal qual em uma prova esportiva que postula a igualdade entre os concorrentes e a objetividade das regras. “A ética esportiva é a da responsabilidade dos desempenhos: que vença o melhor!” (Dubet, 2003, p. 41).

Dubet (2003) aponta ainda algumas estratégias acionadas pelos próprios estudantes para lidar com esta situação. Entre elas, está o retraimento, que guarda semelhanças com a postura do entrevistado em questão. Nessa estratégia, segundo o autor, “os alunos malsucedidos descobrem pouco a pouco que seu trabalho ‘não se paga’, que eles não conseguem resultados honrosos apesar de seus esforços” (Dubet, 2003, p. 41). O estudante decide não fazer mais parte deste jogo, não mais participar desta competição na qual eles não têm chance de ganhar. Trata-se de uma autoexclusão amena, visto que o estudante preserva sua autoestima por nada ter feito para obter êxito.

Cabe, então, interrogar quais são as estratégias que a escola pode adotar para lidar com estes processos, a partir do momento que ela consegue identificá-los.

A partir dos relatos dos sujeitos entrevistados, foram analisadas suas motivações para procura dos programas de bolsas e auxílios do IFPR, possíveis contribuições destes programas para a permanência dos estudantes e as concepções de assistência estudantil que possuem os sujeitos entrevistados. Nas entrevistas, identificamos que as motivações para procura dos programas de auxílios e bolsas estiveram diretamente relacionadas à situação econômica dos entrevistados.

A partir dos relatos, foi possível analisar que esses sujeitos tinham baixa renda familiar e que a assistência estudantil foi uma alternativa para o custeio das despesas oriundas da permanência no curso. Dificuldades para arcar com os gastos do curso, possibilidade de se dedicar aos estudos sem trabalhar, estudar sem precisar retirar recursos financeiros da renda da família para sua manutenção, foram as principais motivações para a procura pela assistência estudantil.

Observamos que a forma de utilização dos auxílios e bolsas recebidos pelos sujeitos da pesquisa estiveram de acordo com a finalidade para qual foram criados. Os sujeitos entrevistados quando questionados sobre sua concepção de assistência estudantil e seus objetivos, indicaram a apreensão da assistência estudantil enquanto ajuda e incentivo para continuar os estudos. Ao mesmo tempo que pode ser questionável a utilização do termo “ajuda”, por afastar-se da concepção de assistência estudantil como direito, analisa-se que

indicar a assistência estudantil enquanto incentivo para a permanência do curso, revela que os sujeitos da pesquisa relacionam a Política de Apoio Estudantil com um dos seus principais objetivos, a saber:

Art. 3º A Política de Apoio Estudantil do IFPR, de acordo com os princípios estabelecidos anteriormente, objetiva:

I – criar e implementar condições para viabilizar o acesso, a permanência e a conclusão de cursos dos estudantes do IFPR, contribuindo para minimizar a retenção e a evasão, principalmente quando determinada por fatores socioeconômicos e por necessidades educativas especiais (Instituto Federal do Paraná, 2009).

As principais críticas à política de assistência estudantil relacionaram-se à irregularidade nas datas de pagamento e falta de integração entre as ações de assistência estudantil.

No que se refere aos motivos de evasão, os relatos referem-se a dificuldade para se manter no curso sem recebimento de qualquer auxílio financeiro da assistência estudantil; alto nível de exigência por parte dos professores, gerando desmotivação para permanência no curso e situação de saúde em pessoa da família.

A partir da análise dos relatos entendemos que a Política de Apoio Estudantil do IFPR, através de seus programas de bolsas e auxílios, pode contribuir significativamente para a permanência dos estudantes, desde que sejam observados e reavaliados aspectos relacionados aos critérios para seleção, à regularidade na data de pagamento dos valores e à articulação entre os referidos programas e as atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Um aspecto importante refere-se ao próprio processo de ensino- aprendizagem. Freire (2015) indica que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou sua construção. Assim, o autor entende que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que ensinando, aprende, e outro que, aprendendo, ensina. Dessa forma, a concepção é de um processo de ensino-aprendizagem que se dá numa relação dialógica, onde o papel fundamental do docente é contribuir para que o educando se torne artífice de sua formação. Tal lógica contrapõe-se ao que Freire (2016) chama de “educação bancária”, onde o docente é o único sujeito da relação, sendo o educando, mero objeto.

Queremos chamar atenção para a construção de práticas educativas que se contraponham a esta lógica de “educação bancária”, que tanto o educador quanto os educandos sejam implicados neste processo, também no sentido de assumirem suas responsabilidades, de forma que os educandos não se sintam os únicos responsáveis por resultados não esperados do processo educativo e que este sentimento não se traduza frustração, sentimento de incapacidade ou inaptidão, que podem ter como consequência seu afastamento total da escola.

Entendemos que, para além da formulação de políticas de assistência estudantil relacionadas à oferta de recursos financeiros, é importante o acompanhamento dos estudantes, a fim de que possam ser compreendidos em sua totalidade, não apenas em termos de resultados em avaliações de conteúdo, e agir preventivamente em situações de evasão. Esta ação demanda empenho da direção da escola, de sua equipe pedagógica,

docentes e técnicos administrativos, de forma que, sua atuação de forma integrada, possa atender às reais demandas dos estudantes. Igualmente importante é a tarefa de pensar práticas pedagógicas que compreendam a complexidade da questão da evasão, o que deve considerar a dinâmica da vida do estudante e também o desenho da política educacional brasileira, o contexto institucional e aspectos pedagógicos no processo ensino-aprendizagem.

Considerações Finais

A pesquisa que deu origem ao presente artigo teve início com uma série de indagações, derivadas do cotidiano profissional da pesquisadora. Estes questionamentos objetivavam refletir sobre uma pergunta central: Quais os motivos de evasão dos estudantes atendidos pela Política de Apoio Estudantil do IFPR – Campus Londrina?

Durante o desenvolvimento da pesquisa, observamos a utilização do PNAES como documento norteador para a construção da política de assistência estudantil da instituição. A concepção de assistência estudantil do IFPR foi apreendida a partir da análise da sua Política de Apoio Estudantil e das resoluções e instruções normativas dos diversos programas que a compõem. Assim, identificamos que boa parte de suas ações está voltada à concessão de auxílio financeiro aos estudantes, tendo como base critérios de seletividade e focalização.

A análise dos dados sobre a evasão no IFPR - Campus Londrina, quando confrontados com dados sobre o público atendido pelos programas de auxílios e bolsas do IFPR, nos permitiu observar o aumento da demanda pelas bolsas e auxílios da assistência estudantil, o que pode estar relacionado ao aumento do número de curso ofertados pelo campus ou ao aumento do número de vagas reservadas às cotas no processo seletivo para ingresso na instituição. Além disso, ao mesmo tempo que cresceu o número de estudantes atendidos pelos programas de bolsas e auxílios que conseguiram concluir seus cursos, também se manteve alto o número de estudantes que foram atendidos pelos mesmos programas e não concluíram seus estudos.

A realização das entrevistas com os estudantes evadidos dos cursos técnicos presenciais do IFPR – Campus Londrina foi extremamente relevante para a pesquisa, dando significado a todo percurso da pesquisa. As perguntas formuladas no roteiro de entrevista permitiram aos entrevistados discorrerem sobre seu percurso educativo, sua concepção de assistência estudantil, suas expectativas e frustrações em relação ao IFPR.

Os motivos de evasão relatados foram os mais diversos. De fato, os processos de evasão são multifatoriais. Assim, os relatos dos entrevistados apontam situação de desemprego, problemas de saúde na família, possíveis dificuldades de aprendizagem e dificuldades para conciliar estudos do curso técnico com estudos de nível superior e trabalho. Estes aspectos, se analisados isoladamente, abordam os motivos de evasão sobre a ótica do indivíduo, como se este fosse o responsável pela sua evasão. Desconsidera-se e desresponsabiliza-se outras dimensões da questão.

Ampliando a análise do fenômeno, o que observamos são evidências de significativas contradições entre o que está prescrito institucionalmente e a forma de organização pedagógica e da política de assistência estudantil da instituição. Tais contradições revelam-

se na existência de condicionalidades para concessão de bolsa vinculada a participação de projetos que não são ofertados/desenvolvidos; na habilidade inadequada dos servidores para atendimento aos estudantes participantes da assistência estudantil e na desarticulação entre equipe docente e equipe pedagógica no acompanhamento dos estudantes.

A não participação das equipes das SEPAEs no planejamento das ações relacionadas à assistência estudantil, como elaboração de programas e construção de editais, se revelou como fator dificultador da adequação da Política de Apoio Estudantil do IFPR às demandas dos próprios estudantes, posto que, dessa forma, desconsidera-se o conhecimento dos profissionais das SEPAEs sobre a realidade dos campi em que atuam.

Evidenciamos que a assistência estudantil tem um papel fundamental para a permanência dos estudantes, ainda que com fragilidades institucionais. A participação nos programas de bolsas e auxílios pelos entrevistados possibilitou tanto a dedicação integral aos estudos, sem a necessidade de exercício de atividade remunerada, quanto o atendimento a necessidades básicas do estudante para permanência no curso, como alimentação e transporte.

Ao mesmo tempo, elucidamos que não é apenas a Política de Apoio Estudantil que garante a permanência dos estudantes na instituição. São fatores importantes nesse processo, a postura e o exercício pedagógico dos docentes e a atuação dos técnicos-administrativos da instituição na compreensão do perfil e das realidades vivenciadas pelos estudantes. Dessa forma, faz-se fundamental uma política institucional de formação continuada de seus servidores (técnico-administrativos e docentes), com atenção especial para formação de agentes mediadores qualificados para o atendimento dos estudantes participantes contemplados com ações da assistência estudantil.

Igualmente importante é tornar mais transparente e conhecidos os fluxos e as regras administrativas da instituição, adequando e flexibilizando-as para garantir a permanência aos estudantes, como por exemplo, em situações de trancamento de matrícula.

Por fim, afirmamos a necessidade de uma equipe gestora e técnica da Política de Apoio Estudantil do IFPR capaz de mediar e estar em sintonia com o trabalho pedagógico prescrito e desenvolvido pela instituição. Uma política de assistência estudantil não sintonizada com a proposta pedagógica tende-se a se apresentar fragilizada e a parcializar a permanência dos estudantes.

Referências

ABREU, Renata P. **A Política de apoio estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Instituto Federal do Paraná e os motivos de evasão dos estudantes atendidos por seus programas de bolsas e auxílios no Campus Londrina.** 2017. 241 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, 2017.

AMORIM, Mônica Maria T. **A organização dos institutos federais, ciência e tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira**. 2013. 245 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

ARROYO, Miguel G. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETTI, Celso J.; SILVA JÚNIOR, João dos R.; OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999. p. 13–42.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência, Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 30 dez. 2008, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 01 jun. 2014.

DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez. **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 137-161.

DUBET, François. **As desigualdades multiplicadas**. Tradução de Sérgio Miola. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003. 80 p.

DUBET, François. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 29–45, julho/ 2003. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/JBTWwBmFCfZBxm9QKbxSN9C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 mar. 2024.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539–555, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 51. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Cartilha da Assistência Estudantil**. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/CARTILHA-ASSISTENCIA-ESTUDANTIL2.pdf>. Acesso em: 17 out. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Manual de Competências**. 2015b. Disponível em: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/manual-de-competencias-atualizado-100315.pdf>. Acesso em: 25 out. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Processo Seletivo 2016**. 2015a. Disponível em: http://www.vestibular.funtefpr.org.br/index.php?componente=Vestibulares&acao=LoadE_dital&ID=7. Acesso em: 30 ago. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 11, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: http://reitoria.ifpr.edu.br/wpcontent/uploads/2014/08/Resolucao_Assistencia_Estudantil_I_FPR_-11.09.pdf. Acesso em: 09 mar. 2015.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da Política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-o.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.

SILVA, Caetana Juracy R. **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009.

Submetido em: 8/3/2024

Aceito em: 16/4/2024